



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681251 - RS (2021/0225636-4)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : ETIANE RODRIGUES
ADVOGADO : ETIANE RODRIGUES - RS096014
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : WILLIAM DANIEL DA LUZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILLIAM DANIEL DA LUZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 0021715-59.2021.8.21.7000).

O paciente encontra-se cautelarmente segregado, em decorrência de prisão em flagrante convertida em preventiva, pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 16, parágrafo único, IV da Lei n. 10.826/2003 e 331, 329, 61, I e 69, *caput*, todos do Código Penal.

A impetrante sustenta que inexistem os requisitos do art. 312 do CPP. Aduz excesso de prazo e ausência de fundamentação idônea para a manutenção do decreto prisional preventivo.

Requer, liminarmente, e no mérito, a concessão da ordem, e a consequente revogação da prisão cautelar para que o paciente possa responder ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente